

<i>Agradecimentos</i>	9
<i>Lista de siglas</i>	11
<i>Lista de ilustrações</i>	13
<i>Prefácio à 3ª edição</i>	21
<i>Apresentação à 3ª edição</i>	27
<i>Introdução</i>	29

Parte I

REFLEXÕES SOBRE SISTEMA JURÍDICO E CONSTITUIÇÃO

1 SISTEMA JURÍDICO E CONSTITUIÇÃO	33
1.1 Constituição e sistema.....	34
2. POSTULADOS CONSTITUCIONAIS, APLICAÇÃO E CONCRETIZAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO	37
2.1 Postulados constitucionais.....	38
2.2 Aplicação e concretização da Constituição	43
3 PRINCÍPIOS E REGRAS NA CONSTITUIÇÃO. ALGUNS PRINCÍPIOS E REGRAS ESPECÍFICOS.....	47
3.1 Princípios constitucionais	47
3.2 Regras constitucionais	48
3.3 Alguns princípios que estruturam a ordem econômica na Constituição de 1988	50
3.3.1 Princípio da livre-iniciativa.....	51
3.3.2 Princípio da livre concorrência	53
3.3.3 Princípio da defesa do consumidor	54
3.3.4 Princípio da função social da propriedade.....	56
3.3.5 Repressão ao abuso do poder econômico.....	57

Parte II

ANTITRUSTE/DEFESA DA CONCORRÊNCIA: HISTÓRICO, FUNDAMENTOS E FOCOS DE ATUAÇÃO

4 BREVE HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DO ANTITRUSTE	61
4.1 Antecedentes	61
4.1.1 Formação de normas concorrenciais no Canadá.....	63

4.1.2	Formação de normas concorrenciais nos EUA.....	65
4.1.3	Formação de normas concorrenciais na Europa.....	69
4.1.3.1	O caso <i>Quinine</i> e a prova de envolvimento no cartel..	71
4.1.3.2	O caso <i>Wood Pulp</i> e a teoria dos efeitos.....	72
4.1.3.3	O caso <i>Beef Industry</i> e a alegação de cartel de crise	73
4.1.4	Formação de normas concorrenciais no Brasil	74
4.2	A relação entre a disciplina de condutas com a de estruturas	77
4.3	O controle das condutas na teoria jurídica e na teoria econômica..	78
4.3.1	A Escola de Harvard e a Escola de Chicago	78
4.3.2	Breves comentários sobre a Escola de Freiburg	82
4.3.3	A distinção entre a regra <i>per se</i> e a regra da razão e comentários às práticas de isenções	83
4.4	O bem-estar social e o ilícito antitruste.....	87
5	ETAPAS DA ANÁLISE ANTITRUSTE NOS TERMOS DA LEI N. 8.884/94 E DA NOVA LEI ANTITRUSTE BRASILEIRA	92
5.1	Mercado relevante.....	93
5.2	Parcela substancial do mercado ou poder de mercado	97
5.3	Probabilidade de exercício de poder de mercado.....	100
5.3.1	Barreiras à entrada	100
5.3.2	Rivalidade	103
5.3.3	Eficiências econômicas	104
5.4	A relação entre os princípios da livre-iniciativa e da livre concorrência no seu processo de concretização normativa viabilizado pela Lei Antitruste.....	107
6	CONTROLE DE ESTRUTURAS (LEI N. 8.884/94 E NOVA LEI ANTITRUSTE BRASILEIRA)	111
6.1	Breve panorama.....	111
6.2	As hipóteses legais para o controle antitruste de operações empresariais.....	113
6.2.1	Sanções por infrações a normas específicas do controle de estruturas.....	116
6.2.1.1	<i>Gun jumping</i> : o novo risco antitruste das operações empresariais	117
6.3	Atos de concentração	119
6.4	Critérios de incidência da lei antitruste/procedimentos de análise..	122
6.4.1	Critérios de incidência da Lei n. 8.884/94 e da NLAB.....	122
6.4.2	Procedimentos de análise/decisões possíveis (Lei n. 8.884/94 e NLAB).....	123
6.4.3	Restrições (“remédios”) sob a perspectiva da jurisprudência: o caso <i>Sadia/Perdigão</i>	126

7	CONTROLE DE CONDUTAS (LEI N. 8.884/94 E NOVA LEI ANTITRUSTE BRASILEIRA).....	129
7.1	As hipóteses legais de infrações antitruste.....	129
7.1.1	Sanções por infrações à Lei Antitruste	133
7.2	Responsabilidade na Lei Antitruste.....	137
7.3	Abuso de posição dominante	139
7.3.1	Aumento abusivo de preços (preço abusivo ou excessivo)....	140
7.3.2	Discriminação de rivais	141
7.3.3	Preços predatórios (<i>underselling</i>).....	143
7.3.4	Políticas promocionais.....	145
7.3.5	Venda casada (<i>tying</i>).....	146
7.3.6	Acordos de exclusividade.....	148
7.3.7	Políticas de bônus, descontos e programas de fidelidade.....	150
7.3.8	<i>Price-squeeze</i> (aumento de custos dos rivais).....	151
7.3.9	Recusa de venda (ou recusa de contratar)	153
7.3.10	Fixação de preço de revenda (ou imposição de preço de revenda).....	155
7.4	Os acordos anticoncorrenciais: os cartéis e suas condições.....	157
7.4.1	Práticas restritivas: os cartéis	158
7.4.1.1	Conceito	160
7.4.1.2	Condições para o sucesso do cartel (sob a perspectiva lógica dos agentes econômicos)	165
7.4.1.3	Valoração das provas (sob a perspectiva lógica das autoridades antitruste).....	167
7.4.1.4	A avaliação do poder de mercado	169
7.4.1.5	O <i>price leadership</i>	172
7.4.1.6	O paralelismo de conduta.....	174
7.4.1.7	Os cartéis internacionais	179
7.4.1.8	Cartéis internacionais <i>hard core</i>	186
7.4.1.9	Prevalência, formação e identificação	190
7.4.1.10	Colaboração entre concorrentes no Brasil à luz do direito comparado.....	195
7.4.1.10.1	O Guia de análise de acordos de colaboração entre concorrentes da CE de 2010 (<i>2010 EU Guidelines</i>)	198
7.4.1.10.1.1	Legalidade no compartilhamento de informações: uma comparação da UE com os EUA	200
7.4.1.10.1.2	Pesquisa e desenvolvimento (P&D)..	203
7.4.1.10.1.3	Condições comerciais gerais.....	205
7.4.1.10.1.4	Considerações finais.....	205

Parte III

A PROMOÇÃO INTERNACIONAL DO ANTITRUSTE/DEFESA DA CONCORRÊNCIA

8	NO PLANO INTERNACIONAL MULTILATERAL.....	207
8.1	A OCDE.....	208
8.1.1	Considerações sobre as <i>soft laws</i>	210
8.1.2	As recomendações da OCDE	212
8.2	A UNCTAD	215
8.2.1	A concorrência na UNCTAD	216
8.3	A OMC.....	222
8.3.1	Antitruste/concorrência na OMC	224
8.3.2	As propostas de atuação	226
8.4	A Rede Internacional de Concorrência (ICN).....	229
8.4.1	A ICN e os cartéis	233
9	NO PLANO BILATERAL, REGIONAL E NACIONAL: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA.....	239
9.1	Os acordos de cooperação	243
9.1.1	A cortesia positiva e a cortesia negativa	244
9.2	Antitruste/concorrência no MERCOSUL.....	247
9.3	Panorama atual da política de combate aos cartéis <i>hard core</i> no Brasil com a experiência internacional.....	251
9.3.1	A experiência brasileira com cooperação	252
9.3.1.1	A investigação do cartel da lisina	252
9.3.1.2	A investigação do cartel das vitaminas	254
9.3.1.3	A investigação do suposto cartel do papel higiênico: caso nacional com cooperação internacional.....	255
9.3.1.4	A abertura de investigação do suposto cartel de compressores: parceria inédita	256

Parte IV

NOVOS INSTITUTOS, TENDÊNCIAS E DESAFIOS

10	MEIOS/INCENTIVOS PARA INVESTIGAÇÃO E COLETA DE PROVAS	257
10.1	Os acordos de leniência	257
10.1.1	Requisitos no Brasil	262
10.1.2	Outras implicações	264
10.1.3	O acordo de leniência e o termo de compromisso de cessação (TCC)	266
10.2	Inspeção: considerações à luz do direito comparado.....	271

10.3 Os problemas de natureza cultural e a modificação da atuação do SBDC	273
11 REPARAÇÃO DE DANOS POR PRÁTICAS ANTICONCORRENCIAIS NO BRASIL	278
11.1 Uma tendência global que influenciou o direito antitruste brasileiro	278
11.2 O sistema brasileiro	281
12 ANTITRUSTE E PROPRIEDADE INTELECTUAL (PI)	284
12.1 O caso ANFAPE v. Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotivos Ltda. et al.	286
12.2 Reflexões sobre Antitruste/PI: sob a luz do direito comparado (Brasil, EUA e UE).....	289
12.3 Influência da jurisprudência internacional	290
12.4 Zonas de segurança: quadro comparativo entre UE, EUA e Brasil .	293
Considerações Finais.....	295

Parte V
ESTUDO DE CASOS

<i>Introdução</i>	297
1 AÇO.....	297
1.1 Aços planos	297
1.2 Vergalhões de aço	302
2 AREIA.....	308
3 BRITA (PEDRA BRITADA)	313
4 CIMENTO E CONCRETO (INVESTIGAÇÃO)	320
5 COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS NO VAREJO (“POSTOS DE GASOLINA”)	324
5.1 Florianópolis (SC).....	324
5.2 Goiânia (GO)	330
6 COMPRESSORES DE AR (INVESTIGAÇÃO).....	337
7 FRIGORÍFICOS.....	340
8 GASES INDUSTRIAIS E HOSPITALARES	348
9 GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP).....	351
9.1 Distrito Federal.....	351

9.2	Goiás.....	355
9.3	Paraná.....	358
10	LINHAS DE ÔNIBUS	364
11	MANGUEIRAS MARÍTIMAS (INVESTIGAÇÃO).....	368
12	MEDICAMENTOS/DROGAS	373
12.1	Medicamentos genéricos.....	373
12.2	Vitaminas.....	380
13	PAPEL HIGIÊNICO	383
14	PETROBRAS (LICITAÇÃO INTERNACIONAL)	384
	Anexo I.....	389
15	SEGURANÇA PRIVADA.....	391
16	SERVIÇOS MÉDICOS	398
16.1	Alagoas.....	398
16.2	Brasília/DF	401
16.3	Sergipe.....	403
16.4	Santos/SP.....	406
17	TRANSPORTE AÉREO DE PASSAGEIROS	414
18	TV A CABO	420
	<i>Bibliografia</i>	429
	<i>Referência de jurisprudência</i>	447
1	Nacional.....	447
2	Internacional.....	455
2.1	Estados Unidos da América.....	455
2.2	União Europeia	456